TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO

A INQUISIÇÃO EM PORTUGAL

I – Intróito

1 – Algumas considerações gerais

- a) Direito e Justiça
- b) Estado e Poder
- c) Liberdade e Razão
- d) Unilateralismo e “conveniências”
- e) Tortura e “maquiavelismo”

2 – Algumas consequências

- a) O trauma
- b) A “nova ordem”
- c) A distorção

II – O que é, porquê e como se manifestou a Inquisição na Europa

- a) Definição
- b) Génese
- c) Vida
- d) Morte (ou novo “facies”)

III – A Inquisição em Portugal: uma perspectiva essencialmente histórico-política

1 – A instituição

- a) A época
- b) As pressões

2 – O seu estabelecimento em Portugal

3 – Enquadramento na estrutura régia do poder

- a) Até D. José (marco simbólico)
- b) D. José e o Marquês de Pombal
 - Análise do reforço do poder e influências régias: a nova concepção do Estado
 - Antecedentes do liberalismo – em direcção ao culminar de uma progressiva desagregação; a abolição do Instrumento

IV – Uma perspectiva jurídica

1 – Bases jurídicas do Tribunal do Santo Ofício

2 – O crime

3 – O processo

- a) Os trâmites
- b) Os poderes da acusação
- c) As garantias dos réus
- d) As sanções

4 – Articulação com os restantes tribunais

5 – Outros aspectos relevantes

Alguma bibliografia

Os circunstancialismos do “tempo” e do “espaço” levaram-nos a optar nesta publicação colectiva (assim como uma mais rigorosa e pormenorizada atenção dispensada a alguns sub-temas) pela restrição à análise do capítulo III – ponto 1 e da totalidade do capítulo IV. Conscientes da amputação feita e da perda e unidade global da proposta de trabalho, fizemo-lo com a convicção de que particularmente o aspecto estritamente jurídico da questão sairá particularmente favorecido.

III

1 – A instituição

Inquisitio – “*criminis vel criminosi per judicem legitime facta indagatio*” (indagação ou investigação feita pelo juiz ou magistrado nos termos da lei, acerca do crime, dos criminosos ou de ambos).

a) A época

O Estados da Península Hispânica viviam uma situação social e religiosa muito própria. As lutas da Reconquista e o contacto secular e permanente dos cristãos com muçulmanos e com uma minoria judaica importante, faziam com que os problemas de crenças tomassem aqui aspectos especiais. O clima humano não era, porém, de intolerância ou de violência usual; pelo contrário a regra era a convivência pacífica; a ponto de os soberanos medievais espanhóis se poderem intitular “reis dos homens das três religiões: cristãos, muçulmanos e judeus”.

Nos fins do séc. XV esta perspectiva mudou: os judeus começam a ser forçados, directa ou indirectamente, a converter-se ao cristianismo. Estava assim formado o primeiro estrato de categoria social até aí inexistente – os cristãos novos, constituída por estes conversos, mais ou menos aparentes. A situação dos judeus, a partir da sua conversão forçada e da sua expulsão do território do reino (Portugal), modificou-se um pouco. Embora D. Manuel procurasse assimilar esta categoria (isentando-os de medidas discriminatórias), pede, em contraste com esta política, ao Papa que lhe conceda uma Inquisição semelhante à de Castela (em 26 de Agosto de 1515), mas não leva por diante as negociações. D. João III apesar de mostrar também indícios de tolerância (1524) volta a pedir a Inquisição (1531).

b) As pressões

As pressões exercidas para que este tribunal viesse a ser uma realidade jurídico – judicial portuguesa situam-se em dois campos distintos:

1º - o poder popular

2º - o poder real (1)

(1) ALMEIDA, Fortunato de. op. cit. pág. 265

Justifica-se aqui um recuo na história para demonstrar, clara e inequivocamente, a presença de uma situação histórica multifacetada que influi nos comportamentos destes dois poderes e dos seus instrumentos; e essa foi, essencialmente (nos sécs. XI a XIII) a corrente, se assim podemos chamar a este movimento fanático-religioso, anti-cristã dos Cátaros. Estes, defensores de práticas tidas como anti-cristãs e anti-sociais (v.g. a “endura”, a negação do sacramento do matrimónio, a negação de pagamento de impostos ao príncipe...), foram pelo povo cristão – e com consentimento tácito dos príncipes - alvo de manifestações de violência. Foram muitos os casos em que o povo praticou o linchamento ou queimou os Cátaros (e os Albigenses).

Os príncipes, quer com disposições pessoais quer com leis de carácter regional, reprimiam os hereges como perturbadores e inimigos do estado cristão. Para isso contribuiu eficazmente a tendência de então para restaurar a legislação romano-cristã, na qual se incluíam leis contra os Maniqueus, uma vez que os Cátaros e Albigenses eram considerados seus “rebentos” (achavam inútil todo o mecanismo da Igreja que consideravam “Sinagoga de Satanás” onde era impossível atingir a Salvação, não acreditavam na intercessão da Virgem e dos Santos, no purgatório, no valor espiritual e simbólico das relíquias e das imagens, nas indulgências...).

Recuando ainda mais encontramos outras divergências doutrinárias que referiremos apenas:

- o arianismo
- o hestorianismo
- o eutiquianismo;

Ou na mesma altura, ou avançando um pouco no tempo:

- o josefinismo
- o arnaldismo.

Mas retomemos o raciocínio e fechemos este parêntesis.

Ao contrário do que seria de supor, as causa próximas do estabelecimento da Inquisição, pelo menos em Portugal, não foram directamente as divergências doutrinárias ou os afastamentos graves da ordem religiosa ou da ordem civil, mas sim aquelas duas já referidas, com predominância da segunda.

Muito brevemente, há que salientar que, relativamente aos judeus, a sua marginalidade derivava então (e com especial acutilância depois da criação da nova categoria social: os cristãos novos) não só da sua especificidade étnica e da sua profissão religiosa, como ainda das suas funções desempenhadas na sociedade medieval sendo contudo estas últimas o factor determinante das perseguições de que foram alvo em Portugal (principalmente estes, pois outros havia como os protestantes, os muçulmanos... que também foram contemplados com dureza pelos dois poderes e mais tarde pelo Tribunal do Santo Ofício).

A princípio situados à margem das extorsões e dependências do sistema feudal, os judeus identificavam-se ainda com as camadas dominantes, ao procederem à cobrança de impostos, ao servirem reis e nobres, para além do odioso que lhes adivinha das suas actividades de financiamento e usura e pela concorrência/obstrução à ascensão de uma burguesia autóctone. Foram, a assim dizer um foco de conflitos desestabilizadores da ordem social (o próprio absolutismo da autoridade real era estimulado – que não muitas vezes sobressaltado – pelo sentimento judaico de nacionalidade) e a atrair e fomentar o distanciamento, a inimizade e por fim próprio ódio violento do povo (como já foi dito, a Inquisição dirigia-se aos antigos mouros, aos suspeitos de protestantismo e aos adeptos de certas doutrinas místicas). Para obstar a esta situação, o poder régio (personificado aqui na pessoa de D. João III), fez tudo para estabelecer definitivamente, e submetido ao poder régio, o Tribunal do Santo Ofício em Portugal.

Poderá ainda haver uma segunda- e plausível-explicação: a de que dificuldades financeiras em que se debatia a administração pública roboram, de certo modo, a suspeita de que o monarca D. João III tivesse os olhos postos nas riquezas dos judeus. A condição da fazenda pública era angustiosa “... o confisco dos bens dos judeus era decerto apetecível recurso; e se em Castela tanto se usava e abusava dele, porque havia de enjeitá-lo el-rei de Portugal?” (2)

Mas na realidade o objectivo principal era se dúvida alguma o reforço e fortalecimento da autoridade real.

(2) ibidem

IV

1 – Bases jurídicas do Tribunal do Santo Ofício (apresentação esquemática)

A) A LEI

1) Regimentos da Santa Inquisição

- “Não são conhecidos os regulamentos por que se governou o Tribunal do Santo Ofício, desde 1536 até 1552. É muito provável que se adoptassem as fórmulas usadas em Castela.” (Fortunato de Almeida)
- 1552 – Redigido por ordem do rei.
- 1613 – Publicado por ordem do Inquisidor – Geral, D. Pedro de Mascarenhas.
- 1640 – Aprovado e confirmado pelo Inquisidor-Geral, D. Francisco de Castro; grosso volume in-quarto onde vem codificada toda a legislação inquisitorial à maneira das Ordenações do Reino. “... não é mero quadro legal dentro do qual agiam os inquisidores, mas a sistematização das sucessivas leis, jurisprudência, ordens e praxes ou “estilos” que no decorrer do tempo e no exercício da actividade inquisitorial se foram acumulando, definindo a fisionomia do Tribunal.” (3)
- 1774 – “... o cardeal Da Cunha, sem dúvida sob a vigilância do Marquês de Pombal, fez coordenar um outro mais humano e adequado.” (4)
- Regimento do Conselho Geral da Inquisição (1570)
- Regimentos referentes aos oficiais do Santo Ofício:
 - Regimento da pessoa que tiver cargo do Colégio da Doutrina da Fé (1552)
 - Regimento do carcereiro da cadeia da Santa Inquisição (1540)
 - Regimento dos tesoueiros do Santo Ofício (1577)
 - Regimento dos juízes das confiscações
 - Regimento do solicitador do fisco (1573)
 - Regimento do médico, cirurgião e barbeiro (séc. XVI)
 - Regimento dos familiares do Santo Ofício (1760)
 - Regimento dos comissários do Santo Ofício e escrivães de seu cargo (sec. XVII/XVIII)
- Regimento para o recebimento dos navios estrangeiros (1561)

(3) SARAIVA, António José. op. cit. pág. 58

(4) MENDONÇA, José L. e MOREIRA, António Joaquim. op. cit. pág. 294

2) “... a qual ordem do Regimento guardareis inteiramente como se nela contém, e nos mais casos que sucederem, que se aqui não contém procederem segundo a forma de Bula e direito comum.” (5)

a) a BULA

- Preenchimento de lacunas

“ E mandamos a todos os inquisidores e oficiais da Santa Inquisição que cumpram e guardem inteiramente este nosso regimento como se nele contém, e que nos casos que em ele não forem expressos sigam a disposição do direito conforme à Bula da Santa Inquisição.” (6)

- Referências ao cumprimento do estipulado na Bula

“...segunda forma da Bula da Inquisição, como direito é.” (7) “...segundo acharem que lhe conforme a Bula e de direito o de vem fazer.” (8) “...conforme ao teor da Bula.” (9)

b) o DIREITO COMUM

B) o “ESTILO”

“E os inquisidores em estes casos de dúvida se poderão conformar com o estilo eclesiástico.” (10)

Referência: “... conforme o direito e estilo do Santo Ofício da Inquisição.” (11)

C) o COSTUME

“ E o mesmo Núcio possa também livre e licitamente fazer, gerir e exercer todas e cada uma das coisas que podem os outros inquisidores, comissários quaisquer, por quaisquer das nossas Letras ou da dita Sé, ou ainda por direito e costume.” (12)

D) a DOUTRINA (lato sensu)

- da Santa Madre Igreja

E) a EQUIDADE

Procedimento do inquisidor segundo “misericórdia” e “benignidade”. (13)

(5) Primeiras instruções do Infante D. Henrique para o funcionamento da Inquisição.

(6) Regimento da Santa Inquisição de 1552. cap. 141

(7) Primeiras instruções do Infante D. Henrique para o funcionamento da Inquisição.

(8) *ibidem*, (3)

(9) *ibidem*, (9)

(10) Regimento da Santa Inquisição de 1552. cap. 126

(11) *ibidem*, cap. 126

(12) *ibidem*, caps. 9, 14, 42, 50 e 56

(13) *ibidem*, cap. 9

2 – O CRIME

A noção de crime no Tribunal do Santo Ofício aparece ligada a uma moral extraída dos princípios bíblicos e da temática medieval cristã.

É assim que na origem do comportamento inadequado do homem se colocam as “sugestões” do “inimigo do género humano” e a sua “fraude diabólica” (2). O crime identifica-se desta forma com o mal, a “malícia” (3). Clemente VII refere conjuntamente “crimes, excessos, delitos e pecados” (4), o que pressupõe a conexão semântica de todos estes vocábulos, entre os quais o último aponta para uma dimensão marcadamente religiosa da transgressão e para o elemento de interioridade do homem.

Nesta linha, o critério de avaliação do crime basear-se-á no facto de se ter “feito, dito e cometido alguma coisa contra nossa santa fé católica” (5), mas sobretudo na intencionalidade subjacente ao mesmo, na convicção com que foi realizado. Por isso alude Clemente VII à existência de um “foro civil, Criminal, contencioso e de consciência e alma”. (6) E seguindo essa valoração que a palavra “culpas” aparece frequentemente por sinédoque para se referir a crime, (7) como algo de que o réu “está negativo”. O seu delito é “a cegueira que tem em seu entendimento” (8) e que produz o “erro”. (9) Este termo surge impregnado de uma significação moral, dado o seu sentido primordial de desvio de caminho certo, correcto. Daí que se combine com o adjectivo “condenado” (10) e surja na expressão “heréticos errores.” (11) O Diabo será portanto aquele que “desvia dos limites da equidade e da justiça” (12) aqueles “que se deixaram enganar.” (13)

(1) Bula de Clemente VII. Sempiterno Regi. 7 de Abril de 1533

(2) Bula de Paulo III. Cum ad nihil magis. 23 de Maio de 1536

(3) Bula de Clemente VII. Cum ad nihil magis. 7 de Dezembro de 1531

Breve de Paulo III. Romanus Pontifex. 26 de Novembro de 1534

(4) Bula de Clemente VII. Sempiterno Regis. 7 de Abril de 1533

(5) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap.26/ Edital da Fé, 1683.

(6) Bula de Clemente VII. Sempiterno Regi. 7 de Abril de 1533

(7) Regimento da Santa Inquisição de 1552 – caps. 10, 11, 13, 14, 15, 19, 20, 22, 26, 28, 35, 36, 42, 45, 60, 62, 72

(8) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 57

(9) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 9

(10) Bula de Paulo III. Cum ad nil magis. 23 de Maio de 1536

(11) Regimento da Santa Inquisição de 1552. caps. 6, 15, 16, 51

(12) Bula Clemente VII. Sempiterno Regi. 7 de Abril de 1533

(13) Bula de Paulo III. Cum ad nil magis. 23 de Maio de 1536

Este afastamento desses dois pontos de referência abrangentes num sentido lato da conduta humana seguindo os preceitos da fé católica conduz ao acto de heresia, que abrange a “apostasia” (1) e a “blasfêmia” (2), sem sentido lato, enquanto manifestações de sinal contrário dos dogmas da Igreja Católica, contra ela insurge-se a Inquisição, que procura a “conservação dos bons costumes e pureza da nossa Santa Fé Católica”. (3) Logo, sob a sua jurisdição colocam-se os casos daqueles que “convertidos da infidelidade hebraica à fé cristã, chamados cristãos novos, voltando ao rito judaico que haviam abandonado, e outros que nunca professaram a seita hebraica, mas nasceram de pais cristãos, observando aqueles ritos judaicos, bem como outros, seguindo a luterana e outras heresias e erros condenados e feitiçarias, que manifestamente denotam heresia, não têm pejo de cometer gravíssima ofensa da Divina Majestade, causar grave escândalo da fé ortodoxa e irreparável dano à salvação das almas”. (4)

Nos editais da fé faz-se referência a todos estes casos que se devem “denunciar e manifestar ante nós”. (5)

(1) Regimento da Santa Inquisição de 1552, caps. 6, 7, 12, 16, 51 Edital da Fé. 1683

(2) Bula de Clemente VII. Sempiterno Regi. 7 de Abril de 1533

(3) Edital da Fé. 1683

(4) Bula de Clemente VII. Cum ad nihil magis. 17 de Dezembro de 1531, com variações: Breve de Clemente VII. Cum nuper, 13 de Janeiro de 1532/ Bula de Clemente VII. Sempiterno Regi, 7 de Abril de 1533./ Bula de Paulo III. Cum ad nil magis, 23 de Maio de 1536./ Bula de Paulo III. Meditatis cordis, 16 de Julho de 1547.

(5) Edital da Fé. 1683

O tribunal do Santo Ofício tendo sido criado principalmente para combater o judaísmo, assumem relevo os de “crença na lei de Moisés” e da prática dos “ritos e cerimónias judaicas, a saber: não trabalhar nos sábados mas antes vestindo-se neles de festa começando a guarda da sexta-feira à tarde, abstendo-se sempre de comer carne de porco, lebre, coelho, e peixe sem escama, e as mais coisas proibidas na lei velha, jejuando o jejum do dia grande, que nem no mês de Setembro, com os mais que os judeus costumam jejuar, solenizando suas páscoas, rezando orações judaicas, banhando seus defuntos e amortalhando-os com camisa comprida de pano novo e pondo-lhe em cima uma mortalha dobrada e calçando-lhes calções de linho e enterrando-os em terra virgem e covas mui fundas e chorando-os com as suas literias, cantando como fazem os judeus e pondo-lhes na boca grãos de aljôfar ou dinheiro de ouro ou prata, e cortando-lhes as unhas e guardando-as e comendo em mesas baixas, e pondo-se detrás da porta por dó, ou fazendo outro algum acto que pareça ser em observância da dita lei de Moisés”. (6)

(6) Ibidem, §2.

No processo de António José da Silva, a escrava Leonor declara que “no dia seguinte que era sábado, vestidos todos quatro com camisas lavadas (...) estiveram todo o dia sem comer nem beber “e que” regularmente estão de boa saúde em todos os dias da semana até o sábado, mas chegando este dia se fazem doentes, assim para se absterem do trabalho”.

(in Baião, António. Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa. II vol. Lisboa, Seara Nova, 3ª ed., 1973, PP 195-196)

Embora não seja verídico, é significativo o exemplo escolhido por Voltaire para ilustrar a reacção do terramoto de 1755. “On avait en conséquence saisi (...) deux Portugais qui en mangeant un poulet en avient arraché le lard. (Voltaire. *Candide*. Paris, Larrousse, 1970. Pág. 47)

Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 43, “o réu (...) em sua defesa diz que entende provar que igualmente trabalhava nos dias de semana sem fazer diferenças dos dias de sábado de trabalho dos outros dias”.

Por outro lado condena-se.

O seguimento da “maldita seita Mafamede” (1) e da de “Lutero, Calvino, ou de outro heresiarca dos antigos ou moderno” (2), assim como um conjunto de discrepâncias religiosas assentes na reputação de determinado ponto da doutrina, de “algum dos artigos da nossa santa fé” (3): A negação da inclusão do “Corpo de nosso Senhor Jesus Cristo no Santíssimo Sacramento da Eucaristia” (4); da “pureza da Virgem Santíssima Nossa Senhora (5); da existência de Paraíso, Inferno e Purgatório (6), e aproveitamento” às almas dos defuntos que estão no fogo do Purgatório de nossas missas, orações e esmolas (7); dos sacramentos (8), votos, religiões e cerimónias (9) da Santa Madre Igreja, da veneração dos santos (10) e suas relíquias (11); da faculdade de concessão de indulgências do sumo Pontífice (12) dos jejuns nos tempos ordenados pela Igreja (13); da obrigação de confissão aos sacerdotes (14); da liberdade do homem para livremente obrar (15); da necessidade de obras para a salvação da alma (16); da existência de algo “ mais que nascer e morrer” (17); do pecado na fornicção simples e na onzena (18).

Por fim, certos actos, vão gradualmente passando para o campo inquisitório, embora não partam de uma concepção metafísica do sujeito oposto à da Igreja, denotam heresia , na medida em que contrariam efectivamente a sua posição e remontam a uma ruptura com a sua ética fundamental. Trata-se do “nefando e abominável pecado da sodomia” (19), das “feitiçarias” (20), da provocação “ para si ou para outrem a actos ilícitos e desonestos (...) no acto da confissão sacramental” (21) e do facto de que nela haja confessado dissesse depois que confessara falsamente o que não havia cometido ou descobrisse o segredo do que se passara na Inquisição, ou distraísse e sentisse mal do procedimento e resto ministério do Santo Ofício” (22).

(1) Edital da Fé 1683, § 3

(2) Ibidem, § 4

(3) Ibidem, § 9

(4) Ibidem, § 5

(5) Ibidem, § 20

(6) Ibidem, § 6

(7) Ibidem, § 7

(8) Ibidem, § 10

(9) Ibidem, § 16

(10) Ibidem, § 14

(11) Ibidem, § 15

(12) Ibidem, § 17

(13) Ibidem, § 18

(14) Ibidem, § 8

(15) Ibidem, § 11

“On vint lier après le dîner le docteur Pangloss, et son disciple Candide, l’un pour avoir parlé, et l’autre pour avoir écouté avec un air d’approbation (des propôs qui ont paru mettre en doute le libre – arbitre de l’homme)”.

(VOLTAIRE. *Candide*. Paris, Larousse, 1970, P. 47)

(16) Ibidem, § 12

(17) Ibidem, § 13

(18) Ibidem, § 19

V. auto da fé de 30 de Julho de 1709 – Manuel Pereira, condenado por defender teses heréticas, como a de que “ a fornicção simples não era pecado, antes virtude”. In Serrão, Veríssimo. *História de Portugal*. Livro V.

(19) Ibidem, § 23

(20) Ibidem, § 21

(21) Ibidem, § 22

(22) Ibidem, § 24

O PROCESSO

1) OS TRÂMITES:

O processo inquisitorial desenrola-se em função do crime perpetrado. Clemente III advoga que “nós, a fim de que tais pestes não difundissem os seus venenos para ruína dos outros fiéis, delegámos e constituímos (...) plena faculdade de inquirir contra os réus e suspeitos de tais crimes, e de os encarcerar, punir e corrigir”, (1) Mas o facto de existirem “tais pestes” não é suficiente para uma reacção do tribunal do Santo Ofício, pois tem de as conhecer. Daí a necessidade de adopção de medidas anteriores ao processo, tendentes a suscitar a confissão e a denúncia. A visita pelos inquisidores da comarca em que residem, ou alguns lugares dela” (2) é o pretexto para a pregação do sermão da fé que “será principalmente em favor da fé e louvor e aumento do Santo Ofício e para animar os culpados de crime de heresia e apostasia a se arrependem de seus heréticos errores (...) e para declarar o zelo e caridade com que as pessoas hão-de denunciar verdadeiramente o que souberem contra os culpados do dito crime” (3). Segue-se a publicação do “édito de graça” para que “todas as pessoas que se acharem culpadas (...) venham manifestar os seus errores inteiramente porque serão recebidos com muita benignidade e não haverão pena corporal, nem perderão os bens”; (4) e do “édito da fé”, em que se manda “em virtude de obediência e sob pena de excomunhão que todos os que souberem algumas coisas contra alguma ou algumas pessoas (...) o venham notificar e denunciar ao inquisidor”. (5)

Não sendo “bom” e “verdadeiro” o acto da contricção, ou havendo “denúncias” (6), se ordenará “proceder contra os culpados” (7).

(1) Bula de Clemente VII – Sempiterno Regi. 7 de Abril de 1533

(2) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 5/ ver cap. 6 “Vilas e lugares principais da comarca da sua jurisdição” (Primeiras instruções do Infante D. Henrique para o funcionamento da Inquisição, (1))

(3) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 6, ver Primeiras instruções do Infante D. Henrique para o funcionamento da Inquisição (1)

(4) Regimento da Santa Inquisição, 1552, cap. 7, ver Primeiras instruções do Infante D. Henrique para o funcionamento da Inquisição (1)

(5) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 6, ver Edital de Fé, 1683
Primeiras instruções do Infante D. Henrique para o funcionamento da Inquisição (1)

(6) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 23

(7) *Ibidem*, cap. 18, ver 2*

“ E aquecendo de vir alguma pessoa reconciliar-se e, recebi da sua reconciliação, se achar depois que não fala verdade em sua confissão (...) se procederá contra o culpado”.

Estas duas hipóteses originam o desencadear dos vários momentos do processo, que António José Saraiva distingue em duas partes: “Na primeira, a que chamaríamos instrução, o réu era submetido a interrogatórios que pretendiam levá-lo a confessar as culpas do que estava denunciado. Na segunda, que corresponde ao juízo, era apresentado o libelo de acusação, com base nas denúncias e nos depoimentos do réu, seguindo-se a defesa, destes que se baseava principalmente nas contraditas”. (1) Poder-se-ia contrapor a esta divisão o facto do primeiro período não possuir um carácter tipicamente processual e pertencer predominantemente ao âmbito da moral, pelo que poderia ser eliminada. Introduzir-se-ia então uma apreciação que propenderia a marcar duas diferentes fases a partir do binómio acusação/defesa. Simplesmente, o critério adoptado adequa-se à realidade essencial do tribunal, cujas metas fundamentais são as de “corrigir” e “punir”. Donde adquiram relevância e possam ser integrados os interrogatórios num espaço que ultrapassa a designação comum de processo e o eleva para o plano ético.

Já depois da citação, da captura levada a efeito pelo meirinho, e do “encarceramento”, se aguarda do preso que revele aquilo que guarda como segredo, mais, ele é exortado a tal e a confessar-se em várias ocasiões, (2) o interrogatório prossegue os mesmos fins, mas apresenta-se mais formal, mandando os inquisidores “trazer ante si o preso”, e ao longo de diversas sessões. Na primeira, “será perguntado por sua genealogia, e se as orações de cristão (...) e (...) será admoestado e requerido da parte de nosso Salvador Jesus Cristo (...) que se reconheça e confesse suas culpas e o crédito e intenção que teve, e peça perdão delas inteiramente”. (3)

(1) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 23

(2) *Ibidem*, cap.18

“E aquecendo de vir alguma pessoa reconciliar-se e, recebida sua reconciliação, se achou depois que não fala verdade em sua confissão (...) se procede contra o culpado”

(Primeiras instruções do Infante D. Henrique para o funcionamento da Inquisição (4))

(3) SARAIVA, António José – *Inquisição e Cristãos-novos*. Lisboa Estampa, 1985, 5.ª ed., Pag. 58

(4) Regimento da Santa Inquisição de 1552, caps.38 (antes da acusação), 42 (antes da publicação), 60 (até sentença definitiva inclusivé)

(5) *Ibidem*, cap. 26

(6) *Ibidem*

Ver Primeiras instruções do Infante D. Henrique para o funcionamento da Inquisição (6)

Depois disso, “ Será perguntado pelas culpas e circunstâncias deles conforme a informação que contra eles houver; e primeiro *in genere*”, (1) ou seja, “Não sobre os factos constantes das denúncias, mas sobre as crenças e cerimónias da religião de que era acusado”, (2) e “depois *in specie*”, (3) em que se versa sobre os ditos dos denunciantes. Por vezes recorre-se ao tormento, não havendo satisfação quanto ao depoimento do preso. Isso acontece, “sendo alguma pessoa julgada que se ponha a tormento”. (4) Esse é um factor subjectivo, pessoal, mas que radica noutras eventualidades: “quando se assentar que o réu seja posto a tormento, ou pelo crime não estar provado, ou pela diminuição da sua confissão”. (5) O tormento é de dois tipos. “Será ordinariamente de polé; e quando o médico e o cirurgião entenderem que os homens por fraqueza ou indisposição não poderão sofrer de polé, lhe será dado no potro, aonde logo será levado”. (6) De qualquer forma, a tortura, forçando coactivamente o réu na direcção de uma confissão, revela-se com um meio de “inquirir” que afasta da verdade real. Torna-se necessária a sua ratificação. Fazendo-a “até ao terceiro dia depois do tormento, será convencido despachado como confidente; e negando sempre, se parecer (...) que a suspeita e infâmia que à contra o réu não é compurgada pelo tormento, será o culpado penitenciado por tal suspeita (...) E confessando o réu no tormento e depois do tormento revogando sua confissão sem outra repetição de tormento, *abjure de vebementi* a suspeita que contra ele há”. (7) Está claramente indicado por outro lodo que, “parecendo aos inquisidores (...) se deve tornar a reflectir o tormento”. (8)

(1) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap.26

(2) SARAIVA, António José. Inquisição e cristãos-novos – Lisboa, Estampa, 1985, 5.ª ed. P. 62

(3) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 26

(4) *Ibidem*, cap. 46

(5) Regimento da Santa Inquisição de 1640, L.II, tit. 13, §13.

(in SARAIVA, António José. Inquisição e cristãos-novos – Lisboa, Estampa, 1985, 5.ª ed., P. 64)

(6) *Ibidem*, tit. 14, §6. (in BAIÃO, António. Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa. Vol. II, Lisboa, Seara Nova, 1973, 3.ª ed., P. 242)

(7) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 46

Ver Primeiras instruções do Infante D. Henrique para o funcionamento da Inquisição (11)

(8) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 46

Confessando no tormento a assinar as declarações pela segunda vez, é então considerado diminuto ou negativo. Este não é um princípio geral. Outras normas contradizem-no, assinalando uma flutuação doutrinal. (1)

O Julgamento é uma actividade paralela a estes procedimentos. Os libelos da acusação são formulados pelo Promotor de Justiça, o qual “procederá contra ela (pessoa presa)”, (2) “virá com sua acusação e requererá que seja recebida contra o réu que presente estará”. (3)

Constam delas as acusações, assim como os ditos das testemunhas. Logo após a instrução da acusação, “mandarão ao preso que nomeie advogado que o defenda. E aceite a causa pelo procurador, feita a solenidade de direito e recebido juramento em forma, presente o réu, como se contém no título de seu ofício, o tal procurador pedirá que lhe leiam a acusação. E lida, exortará e aconselhará o preso que confesse a verdade e não diga o contrário dela, nem confesse o que não tem feito”. (4) Continuando o réu em sua negativa, dá-se início à preparação da defesa que “fazia-se em dois tempos. Primeiramente o réu apresentava uma defesa geral em que negava a possibilidade das acusações por circunstâncias gerais de tempo, lugar, famílias ou outras, e mostrava as razões que o acreditavam como bom cristão, de tudo dando testemunhas abonatórias. A acusação respondia com o que se chamava a publicação da prova de justiça (...) leitura dos depoimentos da acusação (...). A isto respondia o réu com as “contraditas”, que consistiam em indicar e provar quais eram os seus inimigos”. (5)

(1) SARAIVA, António José. Inquisição e cristãos-novos. Lisboa, Estampa, 1985, 5.ª ed. – p. 65

(2) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 10

(3) *Ibidem*, cap. 38

(4) *Idem*.

(5) SARAIVA, António José. Inquisição e cristãos-novos. Lisboa, Estampa, 1985, 5.ª ed. – pp. 68-69

Esgotados os meios de prova e as diligências por ambas as partes, “ a causa se concluirá e ficarão as partes citadas para ouvir a sentença final”. (1) Esta é efectuada pelos inquisidores, a quem se ordena “despacharão os processos como letrados de boa consciência, tementes a Deus, e que não sejam suspeitos”, (2) e que olharão a que “sempre se escreverão e porão os fundamentos, causas e razões que se coligaram dos autos por que se fundaram”. (3)

A assinatura do despacho deve ser efectuada, ainda que alguns “sejam em contrário parecer, vencendo-se a determinação pela maior parte”, (4) a não ser que se esteja perante “algum caso de substância que pareça duvidoso, em que possa haver confusão ou discrepância de maneira que os inquisidores com os letrados se não possam determinar nem concordar”. (5) Nessa circunstância, “enviarão o tal caso ou processo ao Inquisidor Geral ou ao Concelho da Inquisição (...) para se provar como por justiça e mais serviço de Nosso Senhor”. (6) Por fim, é no auto-de-fé, sessão pública, que são divulgadas e publicadas as sentenças. (7) Ao culpado que é relaxado por sentença à cúria secular, “três dias antes de que se faça o Auto-da-Fé, lhe mandaram notificar (...) que se confesse, (...) e parecendo que o penitente não crê inteiramente ser relaxado, (...)em tal caso o confessor o notificará aos inquisidores para lhe ser lida a sua própria sentença”. (8) No dia marcado, enfim, “as justiças seculares acompanharão os penitentes que se houverem de relaxar”, (9) até que, “acabado de celebrar o Auto-da-Fé, os penitentes e reconciliados se tornarão em Procissão como foram ao Cárcere da Inquisição para que os Inquisidores dêem ordem e entendam no que mais se deva provar acerca dos tais penitentes”. (10)

(1) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 45

(2) *Ibidem*, cap. 46

(3) *Ibidem*, cap. 48

(4) *Ibidem*, cap. 48

(5) *Ibidem*, cap. 49

(6) *Ibidem*, cap. 49

(7) *Ibidem*, cap. 58

(8) *Ibidem*, cap. 57

(9) *Ibidem*, cap. 59

(10) *Ibidem*, cap. 63

2) OS PODERES DE ACUSAÇÃO:

A acusação goza de um certo número de faculdades que lhe permitem uma elaboração lógica e coerente e, dadas essas prerrogativas, de uma predominância sobre a defesa, a acusação pode-se servir de quaisquer testemunhas, mesmo “se são criados de algumas pessoas e se têm raça de judeu, ou se são de castas de mouros, ou se foram reconciliados ou penitenciados pelo Santo Ofício, ou se são filhos ou netos de condenados pelo crime da heresia” (1). Além disso, admite-se a par das denúncias a possibilidade de ter em conta meras “suspeições”. (2)

Junta-se-lhes os “indícios e presunções”, (3) que “não eram somente pistas para os investigadores. As denúncias de que constavam esses indícios e presunções eram articuladas pelo Promotor sob a forma de acusações”. (4) Ora, o Promotor funda nomeadamente o seu libelo no que é asseverado pelo réu na confissão não satisfatória ou nos interrogatórios. Ocorrendo aquela, “articulará em geral as diminuições, encontros e inverosimilidades que houver que houver nas confissões (...) e concluirá pedindo recebimento, e que o réu, como ficto e simulado, confitente diminuto seja castigado com todo o rigor de direito e entregue à justiça secular”, (5) António José Saraiva faz menção a um método exclusivo da acusação, que lhe permite obter efeitos a seu favor: “Não havia tantas acusações quantos os factos, mas tantas acusações quantos os denunciantes. É este um processo característico da Inquisição e vulgarmente chamado das “testemunhas singulares” (...) “Tendo o réu contra si pouca prova, se nos testemunhos houver variedade de cerimónias ou actos repetidos, de cada uma testemunha se poderá fazer mais de uma pergunta, dividindo-se o testemunho segundo no teor dele se permitir”. (6)

Todavia, em termos globais, o Promotor “terá cuidado de acusar com muita diligência os culpados judicialmente por seus termos ordinários até se concluírem os processos”. (7) A interpretação desta frase retoma a discussão à volta dos objectivos do tribunal. Entendendo-se como meio de satisfação de interesses através da acusação arbitrária, ver-se-ia no termo “diligência” uma preocupação tecnológica de culpar o réu em detrimento da própria justiça. Pelo contrário, captando o significado profundo de procura da verdade que é comum aos documentos inquisitoriais, concluir-se-ia pela conotação implícita no termo em questão de associação ao conceito de “cuidado”.

(1) *Ibidem*, cap. 23

(2) *Ibidem*, cap. 33

(3) SARAIVA, António José. *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa, Estampa, 1985, 5.ª ed. – p. 67

(4) *Idem*.

(5) *Idem*. (*Regimento da Santa Inquisição de 1640*. Liv. II, tit. 6, §16)

(6) *Ibidem*, pp. 66-67.

(7) *Regimento da Santa Inquisição de 1552*, cap. 72.

3) AS GARANTIAS DO RÉU:

A garantia prende-se com a segurança, na medida em que certifica um certo grau de previsibilidade e estabilidade. Do ponto de vista do réu, ela é encarada como o conjunto de normas tendentes a livrá-lo da arbitrariedade de outrem e, em sentido lato, a protegê-lo da condenação como mera consequência da denúncia.

Na primeira fase do processo inquisitorial, transparecem certas marcas que revelam uma análise às “denúncias das testemunhas” por parte dos inquisidores que “no modo de proceder terão muito tento e estarão muito sobre aviso”, (1) assim como à “qualidade das testemunhas” que se afere por interrogatório.

De facto, “se olhará muito à qualidade das testemunhas e o crédito que se lhe deve dar segundo a qualidade do caso”, (2) o que revela cuidado sobre as declarações testimoniais, dado o perigo de terem como objectivo a vingança pessoal. Desta maneira, “os inquisidores receberão as denúncias e testemunhas de ouvida, e porém não para fazerem obra por eles, senão para averiguarem a verdade acerca das culpas que tocam em seu referimento, confrontando umas com as outras”, (3) isto é, a finalidade do tribunal reside não no procedimento contra os cidadãos mas no apuramento do que é “verdadeiro” e justo. Assim o comprova o artigo segundo o qual, “quando as parte vierem com suspeições são frívolas, não as receberão, e procederão na causa em diante como lhes parecer justiça”. (4)

(1) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 19.

(2) *Ibidem*, cap. 21

(3) *Ibidem*, cap. 22

(4) *Ibidem*, cap. 33

Impõe-se igualmente certas restrições quanto ao número e natureza das testemunhas. “Por uma só testemunha se não procederá a prisão ordinariamente, salvo quando parecer aos inquisidores que é caso para isso e que a testemunha é pessoa de crédito e que fala verdade”, (1) Por outro lado, “o Promotor não fará artigo fundado em testemunhas de ouvida a outra pessoa e somente requererá que tome as testemunhas de ouvida para por elas se perguntarem as testemunhas referidas e se poder saber a verdade”. (2)

O Inquisidor mostra desempenhar um papel importante já que se apela frequentemente para o seu “parecer”, “olhar”, “cuidado”. A sua grande intervenção é alvo de crítica. Crê-se que ele não aceita a ordem de que “serão (...) de boa consciência, prudentes, constantes (...) cuja vida e honesta conversação dê exemplo de sua pureza e bondade”, (3) mas que, sob uma capa de misericórdia, obedece arbitrariamente, de forma a “provocar o maior número possível de denúncias ou confissões” (4). Logo, para prosseguirem nos seus intentos, “todas as precauções foram tomadas nas regras processuais para alcançar certos resultados que não são apenas, nem em primeiro lugar, a averiguação objectiva da culpabilidade do réu”. (5) Outro aspecto importante é o da defesa do réu. Depois de constituída a acusação, “mandarão ao preso que nomeie advogado que o defenda”. (6) E mesmo quando ele não quiser procurador, se “parecer aos inquisidores que é o negócio de qualidade para lhe ser dado, lho darão e mandarão que procure por eles e defenda suas causas”. (7) Da mesma forma quando as partes “forem tão pobres que não tiverem por onde pagar lhe mandarão pagar seu trabalho à custa das despesas da Inquisição”. (8)

(1) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 24

(2) *Ibidem*, cap. 72

(3) *Ibidem*, cap. 1

(4) SARAIVA, António José. Inquisição e cristãos-novos. Lisboa, Estampa, 5.ª ed., 1985, p. 74

(5) *Ibidem*, cap. 57

(6) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 38.

(7) *Ibidem*, cap. 39

(8) *Idem*.

Argumenta-se em contrário que “no processo inquisitorial o advogado era um funcionário da Inquisição e perante ela tomava compromisso”.(1) Mas pelo menos está confirmado o cumprimento do adágio “*audiatur et altera pars*”, que aqui prescreve ainda que “o réu nomeará as testemunhas para fazer sua prova” (2) Se elas “estiverem fora de seu distrito de jurisdição” promover-se-á “de modo que as partes não fiquem indefesas” (3) Neste capítulo, obsta-se ao “excessivo número delas” (4) e adverte-se para as “cautelas e malícias de que os réus soem usar, nomeando testemunhas ausentes para dilatar suas causas e alongá-las de maneira que deles não se possa conseguir cumprimento da justiça”. (5) São determinações que visam limitar um poder da defesa demasiadamente alargado em prol de “se poder saber a verdade”. (6) Um direito também atribuído ao réu é o de dar as “contraditas”. A partir delas, Fortunato de Almeida chega à conclusão de que “o tribunal dava toda a latitude à defesa”. (7) Consistem em indicar o nome dos seus inimigos, pois “acertando o réu nas testemunhas que o culpam, apontá-las-ão os inquisidores e mandarão por auto que (...) sejam examinadas pelas contraditas contra eles postas. (...) E receberão as tais contraditas ainda que não sejam de inimizadas capitais”. (8) Dão-se no entanto, certas limitações. “Para provar as contraditas, o réu devia indicar “até seis testemunhas” (de defesa), podendo os inquisidores exigir mais. (...) Não poderiam ser nem parentes até ao quarto grau, nem familiares, nem pessoas infames, nem antigos presos do Santo Ofício, nem cristãos-novos”. (9)

(1) SARAIVA, António José. Inquisição e cristãos-novos. p. 73

(2) Regimento da Santa Inquisição de 1552. cap. 38

(3) *Ibidem*, cap. 43

(4) *Ibidem*, cap. 41

(5) *Ibidem*, cap. 43

(6) *Ibidem*, cap. 73

(7) ALMEIDA, Fortunato de. História da Igreja em Portugal. Livro III, p. 180

(8) Regimento da Santa Inquisição de 1552. cap. 44

(9) SARAIVA, António José. Inquisição e cristãos-novos. p. 70 (Regimento do Santo Ofício de 1640, liv. II, tit. X, §2.)

A esta falta de garantia junta-se outra, que está na origem das contraditas, e que demonstra um desnível entre as faculdades concedidas à acusação e à defesa: a do desconhecimento por parte do réu dos denunciantes. Na publicação da prova dada contra o réu, são “calados os nomes das testemunhas e as circunstâncias por onde as partes possam vir em conhecimento das testemunhas da justiça, tendo respeito ao perigo e inconvenientes que se podem seguir”. (1) Aceitando esta explicação, Fortunato de Almeida escreve que “ o juiz não declarava ao réu os nomes das testemunhas e dos denunciantes que o acusavam, não para dificultar a defesa, mas para evitar vinganças e represálias”. (2) Diferente é a concepção de António José Saraiva que não concebe esta medida como uma “garantia da acusação”, (3) mas como meio “para desorientar o réu”. (4)

Concluindo, deve ser feito um conspecto da maneira como é tomada a sentença definitiva por parte dos inquisidores. Em primeiro lugar, é decisivo o facto da aceitação por maioria de votos da testemunha duvidosa, (5) o que implica a não concessão do benefício da dúvida e a sobreposição de factores quantitativos acima dos qualitativos, quanto mais que se reduzem todos a uma apreciação subjectivada. Apesar de tudo, há vestígios de oposição à arbitrariedade: o despacho do processo com um mínimo de cinco letrados, (6) e a redacção dos fundamentos, causas e razões da sentença (7). Mas dada a recondução última á maneira de pensar de cada juiz, com certas reserva naturalmente, pode-se afirmar que “neste e noutros particulares, a benignidade ou rigor da justiça defendida principalmente o carácter dos inquisidores”. (8)

(1) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 42

(2) ALMEIDA, Fortunato de. História da Igreja em Portugal. Livro III, p. 180.

(3) *Idem*.

(4) SARAIVA, António José. Inquisição e cristãos-novos, p. 69

(5) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 48

(6) *Ibidem*, cap. 46

(7) *Ibidem*, cap. 48

(8) ALMEIDA, Fortunato de. História da Igreja em Portugal. Livro III, p. 296

4) A SANÇÃO:

O tribunal do Santo Ofício tem como meio instrumento a faculdade coactiva, como fim de impor a respectiva sanção. Importa definir este conceito. De facto, observa-se que a reacção desfavorável contra o violador da norma está igualmente imbuída de um sentido moralizante e que se centra à volta do agente da infracção e não do acto criminoso. A sua intenção é a de infligir um “castigo”. (1) Eis a razão por que sanção é um termo raramente utilizado, (2) optando-se por “pena”, (3) que especifica o conteúdo e dá a entender o seu carácter de finalidade retributiva. O que pretende punir é a “culpa” envolvida. Por isso se afere pela “qualidade das culpas” que leva a proceder. (4)

Mas, por outro lado, a Igreja visa a reconvenção dos culpados. Nas várias etapas do processo se espera do réu que “confesse a verdade” (5) “as suas culpas” (6) e “o crédito e intenção que teve” (7). Este é o primeiro passo para que venha pedir “perdão das suas culpas” (8) com “contricção e arrependimento”, (9) no caminho da “reconciliação”. (10)

E aqueles que “verdadeiramente se convertem a ela (Madre Santa Igreja)”, (11) ela procede com misericórdia” (12) e “benignidade” (13). Com efeito, anulada a fonte principal do crime, que reside na derivação intelectual dos parâmetros estabelecidos, a pena deixa de ter a sua razão de ser em termos absolutos para servir como ponto de ruptura com a acção passada e tentativa de repor o homem no caminho certo para a sua salvação.

(1) Bula de Paulo III. Cum ad nil magis. 23 de Maio de 1536

Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 6, 13, 102

(2) Bula de Paulo III. Cum ad nil magis. 23 de Maio de 1536

(3) Regimento da Santa Inquisição de 1552, caps. 7, 9, 13, 14, 36, 51, 52, 60, 62, 125, Bulas dos Papas.

(4) Regimento da Santa Inquisição de 1552, caps. 10, 15

(5) *Ibidem*, caps. 14, 38

(6) *Ibidem*, cap. 42

(7) *Ibidem*, cap. 26

(8) *Ibidem*, caps. 13, 26, 36, 60

(9) *Ibidem*, caps. 9, 10, 51

(10) *Ibidem*, caps. 10, 13, 14, 51

(11) *Ibidem*, cap. 56

(12) *Ibidem*, caps. 9, 14, 42, 50, 56

(13) *Ibidem*, cap. 9

Adquire a forma da Penitência, pena imposta ao penitente pelo confessor para remissão dos pecados. Para os que se apresentam constrictos e arrependidos dentro (1) e fora (2) do tempo da graça, vêem “pedir perdão de algumas culpas *omnino occultas*”. (3) Ou são “condenados de lévi suspeita”, (4) é meramente espiritual, “mandando-lhes que oiçam em domingos e festas a missa do dia com círio ou tocha na forma acostumada”, (5) ou ainda que cada pessoa “se aparte da companhia em ocasiões que a podem provocar a cair nas ditas culpas ou outras semelhantes. E que ouça pregações e ofícios divinos e que comunique com pessoas virtuosas e doutas que a possa bem instituir nas coisas da fé e esforçar nelas. (...) Que se confesse as quatro festas principais do ano e tome o Santíssimo Sacramento quando parecer a seu confessor”. (6) Quanto aos suspeitos *vehementi*, “serão penitenciados com suas abjurações públicas em forma com o tempo de cárcere ou metidos em Mosteiro onde façam penitência impondo-lhes se lhes parecer penitências pecuniárias para obras pias (...) e penitências espirituais, e que oiçam pregações e se confessem e comunguem as três Páscoas do anos com confessores que os doutrinem e ensinem nas coisas da fé”. (7)

(1) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 9

Sobre as penas do Regimento de 1552 ver:

ALMEIDA, Fortunato de. História da Igreja em Portugal. Tomo III. pp. 281-195

No Regimento de 1640 ver:

MENDONÇA, José Lourenço; MOREIRA, António Joaquim. História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal. pp. 355-358

(2) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 10

(3) *Ibidem*, cap. 11

(4) *Ibidem*, cap. 54

(5) *Ibidem*, cap. 54

(6) *Ibidem*, cap. 9

(7) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 53

No respeitante aos presos que se convertem à fé Católica, incorrem “na pena e penitência do cárcere perpétuo e hábito penitencial”, (1) a menos que pareça aos inquisidores juntamente com o ordinário que dela deve ser dispensado pela qualidade da confissão. Por fim, “pedindo alguns culpados perdão de suas culpas até sentença definitiva inclusive, antes de serem relaxados em Auto público à justiça secular (...) serão recebidas suas reconciliações com suas penas e penitências, que são abjuração pública, cárcere perpétuo e hábito penitencial”. (2)

Por outro lado, o culpado será “relaxado por sentença à cúria secular”, (3) o que em rigor significa que ele se terá de sujeitar ao cumprimento da pena segundo o que vem contido na lei geral, mais propriamente nas ordenações do reino. Para alguns crimes, como o da renegação e blasfêmia de Deus incorre-se em açoites, degredo e multas”. (4) Contra os feiticeiros, se a falta não é de gravidade, contam-se os açoites, marca com ferro em brasa e o degredo”. (5) Mas se para alguns casos se não adopta a pena capital, o grande volume dos “relaxados ao braço secular” encontra a morte, pelo que essa fórmula se aplica por unanimidade somente aos que têm uma sentença de morte.

(1) *Ibidem*, cap. 51

(2) *Ibidem*, cap. 60

(3) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 57

(4) Ordenações Filipinas. Livro V, tit. 2

(5) *Ibidem*, tit. 3

Ela “não contém qualquer sentido de habilidade para tirar da Igreja as culpas do acto que se segue, mas é apenas uma maneira de evitar o preceito canónico que não permite aos juízes eclesiásticos pronunciarem sentenças de morte”. (1) A propósito da heresia vem explicitado nas Ordenanças Filipinas que “E porque eles não podem fazer execuções nos condenados do dito crime, por serem de sangue, quando condenarem alguns hereges, os devem remeter a Nós com as sentenças que contra eles deram, para os nossos Desembargadores as verem: aos quais mandamos que as cumpram punindo os hereges condenados, como por direito devem. E além das penas corporaes, que aos culpados no dito malefício forem dadas, serão seus bens confiscados, para se deles fazer o que mercê for, posto que filhos tenham” (2) Eis o que vem aludido no Regimento da Inquisição: os arrependidos “ não haverão pena corporal nem perderão seus bens”. (3) A pena de morte é executada no auto-da-fé, pelo garrote ou pelo fogo, embora esteja consagrado o uso da fogueira. (4) “Quando se fizer Auto-da-fé, as justiças seculares acompanharão os penitentes e pessoas que se houverem de relaxar”. (5) Estas constituem uma parcela pequena no conjunto dos autos-da-fé no período em que vigora a Inquisição, como se pode constar no quadro seguinte:

Auto-da-fé	Relaxados em carne
Lisboa	6,0%
Évora	3,4%
Coimbra	3,2%
Coa	1,3%
Total	3,7%

*(6) (esta chamada de pé de página consta na folha seguinte)

(1) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 57

Ver Santo Ofício, Tribunal do; in Dicionário de História de Portugal

(2) Ordenações Filipinas. Livro V, título primeiro.

(3) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 7/ ver cap. 9

(4) “Panglon fut pendu, quoique c ene soit pas la coutume” (VOLTAIRE, Candide. Paris, ULB, p. 48

(5) Regimento da Santa Inquisição de 1552, cap. 59.

No entanto, as sanções, além de punir, cumprem uma função preventiva. Esclarece-a Paulo III: “e se alguns, levados pela perversidade, de espírito, preferirem perseverar no seu condenável propósito, de tal modo se lhes preste atenção que o seu castigo seja para os outros, exemplo”. (1) Significativa é ainda a descrição de que, num auto-da-fé, “uma mulher mandámos tornar ao cárcere do cadafalso por mostrar muitos sinais de querer ser cristã (...) E deu isto bom exemplo no povo porque ao menos viram claramente que se não queimavam senão os que não queriam ser cristãos nem terem mostras disso”. (2)

* (6) Cálculo feito a partir de dados in MENDONÇA, José Lourenço D. de ; MOREIRA, António Joaquim. História dos principais actos e procedimentos da Inquisição de Portugal, p. 279.

A Inquisição Espanhola desenvolve-se num clima de maior repressão religiosa, que é sintomático na análise estatística que se segue, embora se deva assinalar que remete para um período restrito e de acentuada intolerância:

Auto-da-fé	Relaxados em carne
Ávila 1490-1500	40,6%
Valência 1484-1530	37,7%
Guadalupe 1485	36,6%
Belalze 1486	56,1%

Reconstituição da parte de um cálculo contido em BENASSAR, Bartolomé. L'inquisition espagnole. Paris, Hachette, 1979.

A Inquisição portuguesa mantém ainda uma posição de brandura relativamente à solução adoptada nos países europeus do Norte onde não impera esta Inquisição.

Uma comparação de tal género, ainda que contestável, faz supor que o número das vítimas seria muito maior, se a inquisição não tivesse livrado o país do horror das guerras religiosas, que fizeram derramar ondas de sangue nos países onde penetrou a reforma protestante “(ALMEIDA, Fortunato de. História da Igreja em Portugal. Livro III, P. 302.

(1) Bula de Paulo III. Cum ad nil magis. 23 de Maio de 1536.

(2) Descrição de um Auto-da-fé. 1557

4) ARTICULAÇÃO COM OS RESTANTES TRIBUNAIS:

Pela palavra “articulação” entendemos aqui (talvez abusivamente, por extensão) a possível comparação entre o processo inquisitorial e o processo comum e, de uma importância na compreensão desta instituição, as íntimas conexões desta ordem jurídico-vigente do “regnum”.

No processo comum as testemunhas, tinham que satisfazer o requisito idoneidade, não podendo testemunhas por exemplo os escravos, os condenados por direito comum, as pessoas consideradas infames enquanto ao processo inquisitorial era indiferente o facto de a pessoa ser idónea ou não, aceitando-se inclusivamente denúncias anónimas.

“Ao passo que no processo comum as acusações tinham a forma de factos, localizados no tempo e no espaço e comprovados por testemunhas concordantes, no processo inquisitorial o réu era notificado dos ditos avulsos dos testemunhos (expurgados de toda a indicação de nome, lugar e data), ditos que podiam referir-se a factos, ou também a simples presunções e fama”. (1)

No processo inquisitorial o advogado era funcionário da Inquisição e perante ela tomara compromisso e mesmo assim o advogado do réu não podia conhecer o seu “dossier”, ao passo que no processo comum o acusado podia escolher o seu advogado ou procurador. O réu tinha ainda na sua defesa uma limitação grave: a de não poder indicar cristãos novos como testemunhos de defesa os quais constituíam toda uma camada de população à qual o réu pertencia na maior parte dos casos. Embora autorizado pelas Ordenações Filipinas (2) então em vigor, o uso da tortura estaria de facto abolido pelo uso no direito não escrito, segundo afirma o Cardeal da Cunha no prólogo ao Regimento do Santo Ofício (1774); mas não pela Inquisição.

Ao passo que no processo comum o réu tinha o direito de interpor recurso para instâncias superiores e para a Coroa, da sentença final isso não aconteceria no processo da Inquisição.

Vícios como por exemplo: o segredo acerca do Regimento e de tudo o que passava na Inquisição, a aceitação por maioria de votos da testemunha duvidosa, a possibilidade de iludir o acusado quanto ao número de testemunhas de acusação, o esconder-se à morte ou o desaparecimento de testemunhas de defesa indicados pelo réu; enfermavam este tribunal.

(1) SARAIVA, António José. op.cit. pág. 73.

(2) Quinto livro, Título CXXXIII – “Dos Tormentos”.

O arbítrio dos inquisidores obedecia predominantemente a um critério, que é também aquele a que obedecem (em certa medida) as regras do processo: promover o maior número de denúncias e confissões (rede de justiça?).

Resumindo, o processo inquisitorial é um processo especial em que faltam (em grande parte) aos acusados as garantias que lhe eram dadas (em parte igualmente) no processo comum da época. Muito mais situações poderiam ser confrontadas mas estes foram aqueles que se nos afiguraram ser as mais importantes.

É difícil concluir dizendo simplesmente que o processo do Santo Ofício seria só um “processo especial” mas, mais do que isso, um “simulacro de processo”.

Importa também referir em contrapartida que em épocas (e até na nossa v. g. os internamentos em hospitais psiquiátricos e consequentes “mortes”? – países de Leste; as execuções sumárias e arbitrárias – América Central...) posteriores nomeadamente no século das revoluções se deram mais arbitrariedades que no longo período da Inquisição ou que o estabelecimento desta na Europa as convulsões e os tumultos populares e as acções dos príncipes tivessem sido de bem mais graves e violentas consequências.

Passemos então à nossa segunda (pensamos mais importante) concepção acerca da palavra “articulação”. A conexão entre estas duas realidades de facto fazia-se de muitas formas (até implicitamente pois como veremos inclusive em matérias de espírito as Ordenações Filipinas regulavam a conduta dos súbditos do rei), mas a mais visível e característica era sem dúvida alguma a relaxação do condenado ao braço secular. “Vendo nós a obrigação, que temos, de favorecer e ajudar as cousas, que tocam ao Santo Ofício da Inquisição mandamos a todos nossos Officiais de Justiça, que sendo requeridos pelo inquisidor Mór, ou pelo Conselho Geral della e pelos inquisidores uns substitutos e delegados, ou per Cartas suas, requerendo-lhes sua ajuda a favor, que cumprão seus requerimentos e mandados no que tocar à Santa Inquisição, e execução dela (...)” (1) É esta a prova evidente da participação (ou do verdadeiro domínio pelas causas atrás referidas?) do poder secular em relação ao tribunal do Santo Ofício.

A Inquisição portuguesa, que foi sempre uma instituição de forte intervenção real, dá então veladamente o início á inquisição não religiosa mas política (v. cap. II, ponto 1, alínea b). “(...) Nós os castigaremos, como nos parecer, conforme a qualidade das suas culpas”. (2)

(1) Ordenações Filipinas (incluídas na Colecção ... op. cit.). Segundo Livro, Título VI, p. 18.

(2) Ibidem

A ajuda de braço secular dada aos Prelados, uns Provisores e Visitadores (1), estaria assim igualmente regulada na compilação em questão; e, no quinto livro, livro que se ocupa de direito criminal e do processo penal estão referidos os crimes contra os quais a lei impõe:

- I) A morte natural ou pelo fogo, como por exemplo o de feitiçaria (2) e o de sodomia (3) já que “(...) eles (os juizes Eclesiásticos) não podem fazer as execuções nos condenados do dito crime, por serem de sangue, os devem remeter a Nós com as sentenças, que contra eles derem, para os nossos Desembargadores as verem: as quaes mandamos, que as cumprão, punindo os hereges condenados como por Direito devem”. (4)
- II) Outras penas; como a do confisco de bens, multas (penas pecuniárias); penas corporais para os hereges afirmativos e/ou imperfeitos e/ou penitentes (5) ou para “(...) alguma pessoa ousada, que para adivinhar lance sortes, num nome para achar thesouro, nem veja em agoa, crystal , spelho, spada, ou um outro qualquer objecto luzente, nem em spada de carneiro, nem faça para adivinhar figuras ou imagens algumas de metal...” (6); como a de degredo para “Qualquer que arrenegar, descrer, ou pesar de Deos, ou de uma Santa Fé, ou disser outras blasfémias, pola primeira vez, sendo Fidalgo, pague vinte cruzados, isga degredado um ano para África...” (7), ou para o Brasil (8); ou degredo de galés para “(...) pessoas, que com outros do mesmo sexo cometeram o pecado de mollicie...” (9)

(1) Ibidem, Título VIII, p. 19

(2) Ibidem, Quinto Livro, Título III, p. 232.

(3) Ibidem, Título XIII, p. 250.

(4) Ibidem, Título I, p. 229.

(5) Ibidem

(6) Ibidem, Título III, p. 233

(7) Ibidem, Título II, p. 230

(8) Ibidem, Título III, p. 233

(9) Ibidem, Título XIII, parágrafo (símbolo) §, p. 250

Se havia alguma sentença de relaxação ao braço secular (“*stricto sensu*” isto é, a pena capital), a autoridade civil fazia-a executar imediatamente, não naquele mesmo local (o do tribunal ou o da leitura do auto-da-fé), nas imediações da povoação num local para isso destinado.

Um pequeno parêntesis para referir uma nota final curiosa: já neste tempo se recebiam como válidos e verdadeiros testemunhos de estrangeiros e se julgavam sujeitos estrangeiros, a informação e pedido do país e autoridades interessadas, segundo as regras de funcionamento da Inquisição em Portugal. (1)

5) OUTROS ASPECTOS RELEVANTES:

Por ora limitámo-nos ao superficial e com certeza impreciso estudo aqui apresentado sem rejeitar a hipótese de um dia mais tarde nos voltarmos a debruçar sobre tão motivante e problemática matéria pois poder-se-iam corrigir imensas imperfeições, colmatar inúmeras lacunas e ainda abordar outras hipóteses de trabalho. O tema é fecundo e complexo o suficiente para não se esgotar facilmente.

Poder-se-iam também abordar temas como os da natureza dos poderes de censura (que poderiam ser executórios, administrativos ou meramente judiciais...); ou de eventual capacidade de criar leis (ou de saber se alguma vez a sua jurisprudência tinha o valor de lei).

Poderíamos estudar ainda os poderes do tribunal em si (amplos e discricionários) ou ainda uma natureza (Ranke entende que a Inquisição era um tribunal régio munido de armas espirituais; Schaefer considerava-a apenas um tribunal eclesiástico e Oliveira Martins chamou-a de polícia com autoridade de tribunal) laica ou eclesiástica.

Ficam as interrogações e as dúvidas e este humilde e antiquíssimo texto de mais de duas décadas e meia de um *aluno*, que nunca o tendo sido directamente, mas tão só por via dos contactos pessoais e da leitura da sua vasta obra, que nunca foi perdendo de vista, muito admira o Mestre e Doutor que agora se homenageia

(1) Processo nº 9510 da Inquisição de Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Alguma bibliografia

ALMEIDA, Fortunato de. História da Igreja em Portugal, vol. II. Porto, Livraria Civilização, 1968.

BAIÃO, António. Episódios dramáticos da Inquisição portuguesa. Lisboa, Seara Nova, 1973.

EYMERIC. Directorium Inquisitorium. “Revista Nouveau Commerce” (Cahier 17, Automne 1970).

GUI, Bernard. Manuel de l’inquisiteur, vols. I e II. Paris, Champion, 1926-1927.

HERCULANO, Alexandre. História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal. Lisboa, Bertrand, s.d.

LLORCA, P. Bernardino. Manual de História eclesiástica, 6.ª ed. Barcelona, Labor, 1966.

MENDONÇA, José Lourenço e
MOREIRA, António Joaquim. História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal. Lisboa Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980.

SARAIVA, António José. Inquisição e cristãos novos, 5.ª ed. Lisboa, Editorial Estampa, 1985.

SERRÃO, Joel. Dicionário de História de Portugal. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

VÁRIOS. Colecção da legislação antiga e moderna do reino de Portugal, parte II-Da legislação moderna; Ordenações e Leis do Reino de Portugal (D. Filipe o primeiro). Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1833 (Tomos II e III).

VÁRIOS. Documentos para a história da inquisição em Portugal (trad. do Dr. Manuel Augusto Rodrigues). Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984.